

Os Limites da Romanização: Uma Reflexão acerca da Inteiração Cultural entre os Mundos Clássico e Celta.

NELSON DE PAIVA BONDIOLI*

Em 1975 Arnaldo Momigliano publicou um dos seus mais conhecidos estudos sobre a Antiguidade: *Os Limites da Helenização*. A obra de Momigliano propõe uma reflexão, indicada no subtítulo de sua edição em português, a *Inteiração Cultural das Civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa*.

A inteiração cultural entre diferentes povos é também, neste estudo, o ponto central de análise, entretanto, diferentemente da obra de Momigliano, não nos concentraremos no povo Grego, mas buscaremos compreender as relações entre os povos Clássicos e Celtas partindo como princípio norteador de uma re-avaliação do conceito “Romanização”.

A historiografia moderna já vem há algum tempo refletindo sobre o uso deste conceito assim como sua ressignificação e, até mesmo, a possibilidade de adoção de um novo jargão descarregado de sua conotação primária: a supressão de uma cultura “bárbara” e sua subsequente substituição por uma cultura “civilizada”.

Nosso estudo abordará o problema da Romanização trazendo à análise tanto fontes materiais como textuais para sua compreensão e construção de nosso argumento, residindo nesta mesma análise nossa maior crítica ao estudo de Momigliano: ao tratar das relações entre Gregos/Romanos e Celtas, o autor utilizou-se primariamente de fontes textuais e concentrou-se quase exclusivamente nos relatos sobre uma única região/cidade da Gália, Massália.

Certamente, pode-se dizer que o objetivo de Momigliano era bastante diferente do que apresentaremos neste estudo: ele trabalhou com a Helenização no mediterrâneo, enquanto nossa perspectiva passa pelo(s) processo(s) de Romanização, mas o que

* Doutorando em História pela UNESP-Assis, bolsista CAPES.

realmente une estas duas pesquisas reside no fato de que procuraremos mostrar que a própria Romanização deve ser repensada a partir de um recorte cronológico diferente do qual é atualmente estabelecido: a inteiração cultural entre Romanos e Celtas é muito anterior à conquista de Gália em meados do século I a.C.

Este estudo está separado em três partes: A primeira em que faremos uma breve análise de elementos da cultura material que se circunscrevem na relação do Mundo Clássico – tanto Grego quanto Romano – com os Celtas a partir do século IV a.C., seguida de uma re-avaliação do conceito de Romanização buscando compreender o uso e aplicação do mesmo e seus significados e, por fim, buscaremos compreender porque seu uso se restringe ao período posterior à formação do Império Romano argumentando que as vias de inteiração cultural entre Romanos e Celtas estavam em uso desde um período bastante anterior cabendo assim questionarmos o motivo de sua aplicação ao período imperial.

I) Celtas e o Mediterrâneo

O contato entre Celtas e Gregos é bastante conhecido – e reconhecido – pelos arqueólogos através do estudo da cultura material desde, ao menos, o século VI a.C. De fato, o próprio Momigliano (1991, pp. 53-56) se atenta aos elementos das culturas Hallstatt¹ e La Tène², porém fazendo pouco – ou quase nenhum – uso dos mesmos na construção de seu argumento e análise.

Propomos aqui que uma avaliação acerca dos enterros “principescos” da cultura Hallstatt providencia evidências suficientes para superarmos qualquer tipo de visão de um passado estático, isto é, no qual os diferentes grupos culturais encontram-se isolados, sem comunicação, ignorantes dos desenvolvimentos sociais e culturais um dos outros. Ao contrário, o que aprendemos com o estudo destas fontes é que o contato entre

¹ Nome dado a “etapa” de desenvolvimento dos povos chamados celtas entre 800 e 450 a.C., devido a região na qual diversos artefatos foram encontrados.

² Nome dado a “etapa” seguinte de desenvolvimento dos povos Celtas de 450 a.C. em diante, devido ao sítio arqueológico encontrado as margens do lago Neuchâtel na Suíça.

estes povos era fluído e, mais importante, começamos a perceber os indícios do que apontaremos como uma tradição Celta de longa data: a adaptação de elementos culturais estrangeiros seguindo modelos característicos locais, baseado em necessidades e aspirações locais. Dois dos melhores exemplos que encontramos desta “tradição”, encontram-se nas câmaras funerárias de Hochdorf e Vix, nas regiões de *Baden-Wurtemberg* na Alemanha e *Côte-d’Or* na França, respectivamente.

Na câmara de Hochdorf há dois elementos principais os quais gostaríamos de trazer à atenção: O primeiro é um caldeirão de bronze colocado no canto sul da câmara próximo ao corpo do “príncipe” (Biel, 2001, pp.110-113). O caldeirão é adornado por três figuras de leões em bronze e, como aponta James (1993, pp. 26-27), embora certamente o caldeirão se trate de uma importação grega, os estilos de dois dos leões diferem-se muito do terceiro, provavelmente tendo sido este último uma criação local de acordo com estilo artístico próprio:



Primeiro Leão Grego do Caldeirão. Imagem Disponível em: <http://www.iath.virginia.edu/>



Terceiro Leão do Caldeirão: Adaptação Celta. Imagem Disponível em: <http://www.iath.virginia.edu/>

O segundo item, ou na verdade grupo de itens, que gostaríamos de chamar à atenção é o conjunto de nove pratos de bronze acompanhados de nove chifres para bebida suspensos na parede norte da câmara mortuária. A importância destes objetos reside no fato de encontrarem-se arranjados de acordo com o número ideal de um *symposion* Grego, o que levou diversos arqueólogos a perceber este elemento como uma conexão com o mundo e a cultura Grega (Cunliffe 1997, pp. 57-62).

O enterro de Vix, contemporâneo ao de Hochdorf, também demonstra o interesse destes povos com objetos e elementos culturais estrangeiros. Não apenas encontramos o maior vaso/jarra de bronze que se tem registro, sendo obviamente uma importação grega (Mohen 2001, pp. 105-106), mas encontramos um elemento inusitado no torque de ouro que a “princesa” de Vix usava no pescoço. Lembrando-se que este é um adorno essencialmente Celta, notamos nas pontas do adereço a presença de dois pequenos pégasos de ouro, figuras estas que dispensam comentários a respeito de sua participação na mitologia grega e ausência de quaisquer outras representações no mundo Celta:



Detalhe de Pégasos em Torque de Ouro. Imagem Disponível em: <http://www.iath.virginia.edu/>

De fato, uma consideração sobre os diversos objetos encontrados tanto no enterro de Hochdorf como no de Vix, nos leva a conclusão que existia um grande

contato entre estas regiões com partes mais distantes do mediterrâneo, da Grécia à Etrúria. Mas, o que realmente nos chama a atenção é que o contato com o mundo Grego não representou uma simples assimilação de sua cultura pelos Celtas, mas ao contrário, houve uma adaptação de idéias de acordo com a própria estrutura social local. Que os elementos que abordamos fazem parte de uma demonstração de poder e riqueza dos indivíduos enterrados e suas famílias está mais do que claro; é uma ostentação de riqueza que somente as classes mais altas poderiam arcar. Assim, propomos que a inserção dos elementos culturais Gregos deve ser entendida dentro de um panorama local, uma forma de demonstração de poder no que este tange à extensão das redes de relação do indivíduo/família com as áreas mais distantes geograficamente.

Se o contato com o mundo Grego aparece então focado em relações de troca/comércio, o contato entre Celtas e Romanos aparece, especialmente nas fontes literárias, focado junto às operações militares. Tal fato, entretanto, não significa que não houve existência pacífica entre os dois povos: existe ampla evidência material, a partir do próprio século VI a.C., como as inscrições bilíngües Celta-Latim na península itálica (Haywood 2001, p.42). Apesar disso, acreditamos que não tenha sido de fato até o século IV a.C., momento de grande fluxo migratório de povos Celtas, que eles tenham marcado sua presença dentro do mundo Romano.

As relações entre Celtas e Romanos se estreitaram – de uma forma ou de outra – principalmente após o século II a.C. com a anexação da Gália Transalpina (*Gallia Narbonensis*) como província Romana e consolidada como a mais importante rota de ligação com a Espanha (Goldsworthy 2006, p. 26). O século II a.C. é também um momento de intenso comércio entre a Gália e a península Itálica especialmente reconhecido pela quantidade enorme de ânforas de vinho romanas (Dresser I) encontradas por toda a Gália, da província Transalpina a Armorica, e da Aquitânia ao Reno (Cunliffe 1997, p. 312).

Ao século I a.C. estes dois povos já se encontravam profundamente conectados, ao ponto de que o *vergobreto*³ Éduo *Diviciacus* veio para Roma em 61 a.C. buscando

³Nome dado a mais importante magistratura eleita anualmente entre os éduos.

auxílio do Senado contra invasores Germanos, um pedido ignorado até Júlio César se tornar procônsul da Gália (Goldsworthy 2006, p.246).

Toda esta digressão em relação ao contato entre os Celtas, Gregos e Romanos fundamentou-se na necessidade de uma breve contextualização que nos permitirá, a partir da próxima seção deste estudo, questionarmos o significado do conceito de “Romanização”, sua utilização e validade para o entendimento das relações entre Celtas e Romanos.

II) Romanização: Conceitos e Limitações

O termo Romanização, apesar de cunhado pelo historiador alemão Theodor Mommsen no final do séc. XIX, deve sua “força” à análise do historiador britânico Francis Haverfield sobre o que este chamou de “Romanização da Bretanha Romana” em 1905. A Romanização é caracterizada como um processo civilizador no qual Roma doa aos provincianos sua língua, arte, cultura e religião, substituindo – ainda que não completamente e de uma única vez – suas contrapartes locais (Haverfield, 1912). A proposta de Haverfield encontrou ampla aceitação no meio acadêmico de modo em que podemos dizer que a imagem criada por este historiador permanece, inclusive aos dias de hoje, como o principal modelo de reflexão acerca do contato entre os Romanos e os diferentes povos.

Existem duas razões principais para este fato, sendo que a primeira, acreditamos, reside naquilo o que Webster comentou em seu trabalho: “Nós retemos em geral uma visão positiva do Imperialismo Romano” (1999, p. 17) e, em segundo lugar, como corolário da primeira, A visão positiva que temos em grande parte se dá devido a uma visão histórica em o ocidente como um todo é entendido como herdeiro do mundo Clássico.

Apesar destas considerações, nos últimos anos, especialmente após o começo da década de 90, novos estudos a respeito dos encontros culturais entre diferentes povos

na Antiguidade vêm sendo realizados trazendo novas perspectivas de compreensão e se afastando do “modelo Haverfield” de análise.

Na verdade, os processos de inteiração cultural entre Romanos e os povos por eles conquistados passaram a ser questionados a partir mesmo de sua denominação: “Romanização” não deve mais ser entendida como o “tornar Romano”, mas sim como múltiplos processos de negociação de identidades, de ressignificação e adequação de objetos e símbolos de uma cultura para outra levando a criação de novos elementos – ou se não de uma nova cultura – que não são puramente Romanos ou Provinciais.

Se no modelo Haverfield a Romanização não passa de uma substituição da cultura “bárbara” por uma “civilizada”, as novas análises do termo consideram-no não como aculturação/adoção do modo de viver romano, mas sim adaptação orientada em modelos característicos locais, tal qual observamos em relação aos elementos apresentados na seção anterior.

O alargamento do conceito de Romanização gerou, ao menos principalmente, duas posições acadêmicas para sua utilização: De um lado encontramos autores que propõem a abolição do termo e o uso de um novo jargão para tratar dos processos de inteiração cultural como, por exemplo, o conceito e “Criolização” (Webster, 2001) tendo em vista uma posição pós-colonialista de interpretação de encontros culturais e, de outro lado, autores que apesar de negarem o valor explicativo do conceito Romanização em si mesmo, acreditam na manutenção do termo buscando explicitar o seu significado em todas as situações específicas sob análise (Woolf, 1998).

Em nosso estudo consideramos de grande valia ambas iniciativas, embora possuam também suas limitações: Até o momento, não encontramos um consenso entre os especialistas sobre um novo termo a ser usado no lugar de Romanização ao passo que devemos considerar o valor explicativo de um conceito em sua capacidade de generalização o que torna dispendioso e problemático o uso de “Romanização” nos diversos estudos, pois este pode significar diferentes premissas para os diferentes autores e assim tornando sempre necessário retomar o seu conteúdo.

Manteremos neste trabalho o uso do termo Romanização na acepção em que apresentamos acima, ao diferenciá-lo do “tornar Romano” de Haverfield, e passaremos

agora a questioná-lo, não mais em seu significado propriamente dito, mas em sua aplicação: se a Romanização se trata de um processo de inteiração cultural, por que ele é usado principalmente para invocar o período após a formação do Império Romano?

Como demonstramos na primeira parte deste estudo, o contato entre o mundo Celta e Mediterrâneo é antigo – desde o século VI a.C encontramos evidências de sua existência – e, de certa forma, podemos dizer que está bem estabelecido ao menos desde o século II a.C entre Romanos e Celtas. Apesar destes elementos, permanece o uso do termo Romanização para o período do século I d.C. em diante, assim sendo, dedicaremos a parte final de nosso trabalho para a compreensão deste fato.

III) Interação Cultural entre Celtas e Romanos

Apesar das novas acepções para o conceito de Romanização, colocando os povos Celtas como agentes ativos – e não receptores passivos da cultura Romana – no contato com os Romanos e mesmo na construção de uma nova identidade seja ela denominada Imperial ou Galo-Romana (Woolf, 1997), argumentamos que permanece no meio acadêmico uma visão essencialmente unilateral deste movimento.

A compreensão de nosso argumento se dá pela percepção de que existem implicitamente anexos ao conceito de Romanização – mesmo dentro das supracitadas novas acepções do termo – dois elementos que o caracterizam: A ação deliberada e a percepção Romana.

Em 1987, Michael Jones publicou um artigo em que questionava a eficácia da Romanização na Grã-Bretanha. Chamaremos a atenção os seguintes trechos:

“A política consciente de Roma era o uso da língua latina para moldar idéias enquanto criava uma vida pública baseada no modelo urbano Romano, assim fundindo as culturas Romanas e nativas. Esta política era bem deliberada e seu sucesso necessário para assegurar a

segurança dentro da enorme extensão geográfica do Império” (grifo nosso) (Jones 1987, p.127).

“A primeira fase da Romanização envolvia a conquista, pacificação e ocupação militar direta. ... A segunda fase da Romanização tipicamente começava com a retirada das tropas armadas e o fim da ocupação militar direta” (Jones 1987, p.128).

As passagens acima mostram de uma maneira bastante clara que a Romanização dentro do modelo Haverfield é vista como um projeto: é uma ação planejada e pensada em Roma, ou como afirma Charles Ebel notamos o “O zelo missionário dos Romanos em Romanizar” (1988, p. 572), tendo em vista determinados fins, como a “assimilação” pela cultura nativa da cultura Romana e a segurança no interior do Império.

Se a Romanização depende da vontade de Roma, a percepção de seu “começo”, isto é, de sua implementação será, necessariamente, aquela estipulada pelos próprios Romanos. Assim sendo, podemos nos perguntar por que se tentamos entender a Romanização como uma forma de inteiração cultural e de negociação de identidades seu estudo depende de uma unilateralidade, isto é, necessariamente da vontade Romana.

Certamente não pensamos em negar que existiu uma política Romana de colonização das províncias conquistadas especialmente após a organização de Roma e seus territórios em um Império, entretanto, argumentamos que este recorte cronológico ignora por completo toda a história dos encontros e trocas culturais que não são menos importantes para os povos que foram anexados posteriormente ao Império.

Na verdade, a periodização do conceito de Romanização torna-se unilateral como argumentamos, pois sua aplicação se dá no momento em que este aparece como pauta relevante aos Romanos sem levar em consideração a importância dos contatos anteriores para os povos com quem os Romanos já mantinham contato, no caso específico deste estudo, os povos Celtas da Gália desde o século VI a.C.

Poderia se argumentar que existe uma questão de escala, que após a conquista de Júlio César da Gália em meados do século I a.C. e a anexação da Gália como província Romana intensificou/acelerou-se os processos de mudança social e inteiração

com os Romanos. Propomos, entretanto, que este argumento não é completamente válido: Se é verdade que houve uma intensificação do contato entre estes povos, não podemos descartar mudanças significativas nas estruturas sociais dos Celtas em um período anterior, neste estudo mesmo apresentamos um exemplo destas mudanças com a forma de governo entre os Éduos que se assemelhava bastante ao senado Romano – embora como explicitamos no começo deste trabalho voltado de acordo com necessidades e paradigmas locais –, no mesmo sentido, busquei em minha dissertação de mestrado argumentar que é possível que a própria organização e estrutura do sacerdócio Celta (druidas e vates) pode também ser um elemento que ao seu modo resulta das interações entre os Romanos e Celtas em período anterior ao século II a.C. dentro do que foi chamada de longa “tradição celta” de adaptação cultural seguindo modelos próprios (Bondioli, 2011).

Conclusão

Nosso objetivo neste estudo foi propor uma re-avaliação do conceito de Romanização e o seu uso na historiografia contemporânea. Demonstramos que nas últimas décadas, vem-se tentando afastar o modelo “Haverfield” de compreensão da Romanização em prol de uma visão na qual tanto Romanos quanto nativos são sujeitos ativos na negociação de suas identidades e cultura. Entretanto, buscamos demonstrar também que apesar destes esforços, é necessário que haja uma ampliação no recorte cronológico no qual o termo Romanização é inserido: Se tratamos de inteiração cultural, não podemos simplesmente ignorar séculos de contato entre o mundo mediterrâneo e o mundo Celta com base em uma visão unilateral em que ele apenas tomará importância quando houver o interesse Romano em criar uma política própria de regulamentação.

A inteiração entre Romanos e Celtas, ou mesmo Romanos e outros nativos de províncias conquistadas embora se intensifique após a organização do Império Romano possui um longo histórico com características específicas a cada região. Se quisermos que Romanização saia de fato de uma visão colonialista de troca da “barbárie” pela “civilização”, é necessário que apliquemos este conceito fora do paradigma de ação

Romana deliberada, e circunscreva-o nas trocas culturais que acompanham os povos em questão ao longo de sua história.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Artigos:

BIEL, J. Les Princes Celtes du Bade-Wurtemberg. In: Moscati et al. eds. *Les Celtes*. Paris: EDDL, 2001. pp. 108-113.

BONDIOLI, N. de P. *Connecting Worlds Apart: A Study on the Similarities and Differences between the Roman and Celtic Priesthoods through the Classical Sources*. Saarbrücken: VDM Publishing 2011.

CUNLIFFE, B. *The Ancient Celts*. Londres: Penguin Books, 1997.

EBEL, C. *Southern Gaul in the Triumviral Period: A Critical Stage of Romanization*. In: *The American Journal of Philology*. V. 109 (1988). pp. 572-590.

GOLDSWORTHY, A. *Caesar: The life of the Colossus*. Londres: Orion Publishing Co. 2006

HAVERFIELD, F. *The Romanization of Roman Britain*. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/14173>>. Acesso em: 2 fevereiro 2011.

HAYWOOD, J. *The Historical Atlas of the Celtic World*. Londres: Thames and Hudson. 2001

JAMES, S. *Exploring the World of The Celts*. Londres: Thames and Hudson. 1993.

JONES, M. *The Failure of Romanization in Celtic Britain*. In: *Proceedings of the Harvard Celtic Colloquium*. V. 7 (1987). pp. 126-145.

MOHEN, J. Les Tombes princières de Bourgogne. In: Moscati et al. eds. *Les Celtes*. Paris: EDDL, 2001. pp. 103-107.

MOMIGLIANO, A. *Os Limites da Helenização: A Interação Cultural das Civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

WEBSTER, J. *At the End of the World: Druidic and other Revitalization Movements in Post-Conquest Gaul and Britain*. In: *Britannia*. V. 30 (1999). pp. 1-20.

_____. *Creolizing the Roman Provinces*. In: *American Journal of Archaeology*. V. 105 (2001). pp. 209-225.

WOOLF, G. *Beyond Roman and Natives*. In: *World Archaeology*. V. 28 (1997). pp. 339-350.

_____. *Becoming Roman: The origins of the Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.